



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140810 - SP (2021/0001771-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : FLAVIO AUGUSTO DE ALMEIDA LINO (PRESO)
ADVOGADOS : SIMONE HAIDAMUS - SP112732
EGLE MASSAE SASSAKI SANTOS - SP273319
THIAGO GOMES ANASTÁCIO - SP273400
LUNA PEREL HARARI - SP357651
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : GUILHERME DE MORAES GOMES
CORRÉU : PEDRO HENRIQUE SIQUEIRA DE BRITO
CORRÉU : RENDRIL SIMOES ROCHA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FLAVIO AUGUSTO DE ALMEIDA LINO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2220309-29.2020.8.26.0000).

O recorrente foi preso em 8/9/2018 pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121, § 2º, II, III e IV, c/c o art. 14, II, e com o art. 29, todos do Código Penal,

Sustenta que impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, afastando a alegação de excesso de prazo, embora o objeto principal do *writ* seja a proporcionalidade da segregação cautelar.

Diz que, na hipótese de condenação nos termos da pronúncia, o tempo de prisão já se afigura suficiente a autorizar a progressão de regime, ressaíndo daí a desproporcionalidade e, em consequência, a ilegalidade na manutenção da custódia cautelar.

Destaca que não foi designada data para o júri, não obstante já tenha transcorrido 8 meses do julgamento do recurso em sentido estrito.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva e, alternativamente, seja determinado que a autoridade coatora designe data para realização do júri, ou que o recorrente possa aguardar o julgamento do presente recurso em prisão domiciliar, ou, ainda, a aplicação de medida cautelar alternativa ao cárcere. No mérito, pede o provimento do recurso, com a confirmação em definitivo da medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Merece destacar o teor da ementa do acórdão objeto do RHC:

Habeas Corpus” Excesso de prazo Inocorrência Processo de singular complexidade, submetido ao procedimento especial do Tribunal do Júri, com multiplicidade de réus e testemunhas, bem como necessidade de esclarecimentos periciais Ausência de desídia ou morosidade por parte do Poder Judiciário. Prazo razoável da prisão preventiva Precedentes do STF e STJ Juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinários, interpostos em face do desprovimento do recurso em sentido estrito, já realizados, com decisões denegatórias já realizadas Persistência dos pressupostos da custódia cautelar. Necessidade de acautelamento da ordem pública Ordem de “habeas corpus” denegada, com recomendação Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente